



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

**Direito da Contratação Pública**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

PEDRO ABEL CARVALHO DE AMARAL FERNÁNDEZ SÁNCHEZ – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-----

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Domínio aprofundado do novo regime português da contratação pública após a reforma legislativa que modifica o Código dos Contratos Públicos.

Domínio do regime europeu da contratação pública resultante das Directivas de Contratos Públicos, que o legislador português visou transpor.

Domínio do modo de conformação, adaptação ou até derrogação das normas legislativas nacionais e europeias que tem vindo a ser imposta pela jurisprudência nacional e europeia.

Criação dos quadros mentais necessários para compreensão dos princípios gerais do Direito da Contratação Pública que preparem os alunos para qualquer evolução legislativa e jurisprudencial futura.

Atribuição de ferramentas práticas para os alunos ficarem aptos, na sua prática profissional, a assumirem a responsabilidade, se necessário, de acompanhamento e gestão de um procedimento de contratação pública, quer na óptica da entidade adjudicante, quer na óptica do operador económico de mercado.

Conteúdos programáticos

- i) Princípios gerais da contratação pública;
- ii) Âmbito de aplicação do regime de contratação pública;
- iii) Tipos e critérios de escolha dos procedimentos;
- iv) Planeamento e gestão da contratação; métodos de racionalização das compras públicas.
- v) Regras de boa elaboração das peças do procedimento;
- vi) Conceitos essenciais à elaboração do caderno de encargos: relação entre parâmetros base, limites de exclusão de propostas, atributos e termos e condições;
- vii) Patologias das peças do procedimento e sua correcção; esclarecimentos, rectificações e suprimentos de erros ou omissões;
- viii) A projecção das patologias das peças do procedimento sobre a fase de *execução* do contrato: a inter-relação entre os regimes de suprimento de erros e omissões, trabalhos a mais e serviços a mais;
- ix) Idem: os limites às modificações contratuais à luz da concorrência;
- x) As propostas: os regimes relativos à sua elaboração, composição e apresentação;
- xi) A análise das propostas; causas de exclusão e seu suprimento;
- xii) A avaliação das propostas; definição de critérios de adjudicação adequados; métodos de construção de modelos de avaliação; sua aplicação em cada procedimento;
- xiii) O procedimento pós-adjudicatório;
- xiv) Os instrumentos procedimentais especiais, *maxime* acordos-quadro.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos acima descritos constituem os elementos essenciais em que assenta o novo regime de contratação pública, conformando a matéria que os alunos deverão abarcar para assegurar o domínio do quadro nacional e europeu estabelecido como objectivo da aprendizagem e preparando-os para a capacidade de acompanhamento ou gestão de qualquer procedimento pré-contratual em que venham a participar.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Avaliação Contínua, com participação obrigatória dos alunos na discussão de casos práticos e de jurisprudência previamente indicada pelo docente.

Exame final, nos termos e com a ponderação para efeitos de avaliação em conformidade com o disposto no Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Sem prejuízo de se mostrar indispensável a utilização de um exame final que permita testar o conhecimento dos alunos, o recurso a casos práticos e ao estudo à discussão de jurisprudência constitui o método essencial de transmissão de conhecimentos que se mostra mais compatível com a vertente eminentemente prática desta Unidade Curricular. Os conhecimentos teóricos transmitidos durante as aulas só se revelam úteis para a prática profissional e para o desenvolvimento científico dos alunos se forem objecto de teste imediato através da sua aplicação prática a casos concretos e à crítica à jurisprudência actualizada.

#### Bibliografia principal

ALMEIDA, João Amaral – “O «Novo» Critério de Adjudicação” na Revisão do Código dos Contratos Públicos”, in *Revista de Direito Administrativo*, n.º 2, 2018

ALMEIDA, João Amaral e / FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Temas de Contratação Pública*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011

ALMEIDA, João Amaral e / FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – *Comentários ao Anteprojecto de Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Sérvulo & Associados, Lisboa, 2016

ARROWSMITH, Sue – *The Law of Public and Utilities Procurement*, 3.ª ed., 2 vols., Sweet & Maxwell, London, 2014

BOVIS, Christopher – *The Law of EU Public Procurement*, 2.ª ed., Oxford University Press, Oxford, 2012

ESTORNINHO, Maria João – *Curso de Direito dos Contratos Públicos*, Almedina, Coimbra, 2013

ESTORNINHO, Maria João / MARTINS, Ana Gouveia (coord.) – *Actas da Conferência “A Revisão do Código dos Contratos Públicos”*, ICJP, Lisboa, 2016

FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro – “A Revisão do Código dos Contratos Públicos: Avanço ou Retrocesso na Promoção da Concorrência?”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 125, 2017

GONÇALVES, Pedro Costa – *Direito dos Contratos Públicos*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2018

GRAELLS, Alberto Sánchez – *Public Procurement and the EU Competition Rules*, 2.ª ed., Hart, 2015

LEITÃO, Alexandra – *Lições de Contratos Públicos – Parte Geral*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2015

MEDEIROS, Rui – “Âmbito do Novo Regime da Contratação Pública à luz do Princípio da Concorrência”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, 69 (2008)

OLIVEIRA, Mário Esteves de / OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de – *Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública*, Almedina, Coimbra, 2011.

RAIMUNDO, Miguel Assis – *A Formação dos Contratos Públicos*, AAFDL, Lisboa, 2013, pp. 587 ss.

RAIMUNDO, Miguel Assis – “Primeira Análise das Novas Diretivas (Parte I)”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 9, 2013

RAIMUNDO, Miguel Assis – “Primeira Análise das Novas Diretivas (Parte II)”, in *Revista de Contratos Públicos*, n.º 10, 2013